

OS ENCONTROS E DESENCONTROS DO RÁDIO E DA POLÍTICA EM BELÉM

Luciana Miranda Costa¹

RESUMO

A história da parceria entre o rádio e a política no Pará nasceu junto com o veículo, em 1928, e foi crescendo gradativamente. Radialistas ocuparam cadeiras na Câmara de Vereadores e na Assembléia Legislativa do PA, mas nas últimas décadas a política também marcou seu espaço nas ondas radiofônicas através dos programas, influências pessoais, da própria censura e por meio de seus proprietários – muitas vezes políticos, como o Senador Jáder Barbalho, proprietário das rádios Clube (AM) e 99 (FM). Os profissionais do rádio ingressaram na política sem praticamente nenhuma diretriz política ou social. Confiavam no rádio para se manterem populares. Continuaram no rádio, mesmo depois de eleitos, mas não construíram uma base política sólida ou conquistaram credibilidade capaz de suportar as mudanças que se seguiram. Mudou o contexto social, mudaram as preferências do público ouvinte e os radialistas foram sendo paulatinamente excluídos pelo eleitor das cadeiras políticas em Belém.

Palavras-Chave: Rádio – Belém – Política

Introdução

A história da parceria entre o rádio e a política no Pará nasceu junto com o veículo, em 1928, e foi crescendo gradativamente. Radialistas ocuparam cadeiras na Câmara de Vereadores e na Assembléia Legislativa do PA, mas nas últimas décadas a política também marcou seu espaço nas ondas radiofônicas através dos programas, influências pessoais, da própria censura e por meio de seus proprietários – muitas vezes políticos, como o Senador Jáder Barbalho, proprietário das rádios Clube (AM) e 99 (FM).

A ausência de projetos sociais e de um ideal político-partidário, aliada à promoção de campanhas baratas e à permanência da carreira no rádio, foram os principais elementos, em maior ou menor grau, que caracterizaram o ingresso dos locutores da cidade na carreira política. Eles sempre tiveram no rádio um forte aliado, inclusive político. O rádio é uma fonte de contato permanente com o público. Mesmo durante os anos em que os radialistas sofreram a censura da ditadura militar, era uma grande vantagem poder se expressar publicamente, para um grande número de pessoas e todos os dias. Os programas de humor ou os simples cumprimentos pelo rádio faziam dos radialistas pessoas admiradas. A televisão chegou na cidade em 1962, mas sua

¹ Jornalista e Professora do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Pará. Doutoranda do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará

popularização foi gradativa, o público tinha sua atenção voltada basicamente para o rádio, como meio de comunicação e entretenimento. Segundo dados do IBGE, na década de 70, 155 mil famílias possuíam um aparelho de rádio em Belém, contra 37 mil com televisão.

Este texto pretende abordar a relação entre o rádio e a política na capital paraense. Além disso, visa apresentar uma parte dos resultados e conclusões da pesquisa “*Os Setenta Anos do Rádio em Belém*”, cujo objetivo principal é analisar a inserção do veículo no período 1928-1988, nos contextos cultural, político, social e econômico da cidade. As informações obtidas até o momento, com a colaboração dos alunos concluintes do Curso de Comunicação Social da UFPA, representam um passo expressivo neste sentido. Temas como radionovelas; radiojornalismo esportivo; radiojornalismo policial; o rádio e a política local; aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos da cidade de Belém entre as décadas de 30 a 90; além da realização de mais de 100 entrevistas, já foram abordados. A sistematização das informações também possibilitou a criação, a partir do primeiro semestre de 2000, do *Espaço de Criação e Documentação Radiofônica*, com registros escritos e sonoros sobre a história do rádio em Belém, que estão a disposição dos interessados na Universidade Federal do Pará. Desta forma, o leitor encontrará a seguir, os “encontros e desencontros” da estreita relação do rádio e de seus profissionais com a política em Belém.

O rádio e a política nos anos 40 e 50

A direção da Rádio Clube do Pará (RCP), a primeira fundada no Estado, em 1928, se preocupava em fazer um rádio apolítico, que temia a censura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do governo Getúlio Vargas. A censura determinava, periodicamente, até que músicas poderiam ou não serem tocadas na rádio. Em forma de notícias anunciava obras governamentais e também criticava os problemas infra-estruturais de Belém, do Estado e do País.

Os partidos e os políticos só utilizavam o rádio quando compravam um horário, como qualquer anunciante, o que ocorria com pouca frequência, exceto no período eleitoral. O PSD, partido do presidente Vargas e do interventor federal no Pará, Magalhães Barata, costumava fazer isso. Os programas eram realizados na forma de discurso político por algum correligionário do partido, sendo que, algumas vezes, o próprio Barata falou no microfone da PRC-5. A importância do rádio para os políticos era, sobretudo, o alcance que possuía junto ao eleitorado analfabeto e

do interior do Estado, onde não chegavam os jornais. Nenhum outro veículo de comunicação possuía o mesmo alcance que a RCP, na época.

A tentativa de proporcionar uma identidade para Rádio Clube do Pará, que estivesse ligada a uma tentativa de isenção política, ocorreu numa conjuntura tumultuada, em que o Pará teve muitos jornais, inclusive de curta circulação, que criticavam e apoiavam os governantes ou determinados grupos políticos. Alguns jornalistas, como Paulo Maranhão, da “Folha do Norte”, chegaram a ser perseguidos. Ele teria residido por um ano na redação do jornal, sem sair às ruas, temendo represálias. Situação que não ocorria na RCP. Por sinal, a relação da rádio com os politizados jornais costumava ser formal e nem sempre amigável. Os donos da emissora, Edgar Proença e Roberto Camelier, não eram políticos e se preocupavam com que a emissora não se envolvesse com a política. Eles estavam numa fase “apaixonada” do rádio, que valorizava o veículo mais como meio de comunicação de massa e de entretenimento e, por isso, a qualidade das transmissões era prioritária. E os radioatores e locutores estavam empolgados com a novidade tecnológica trazida pelo rádio, que permitia falar para um público extenso e emocionar as pessoas. Eles não extravasavam ideologias próprias no rádio.

A influência do poder político avança pelos anos 60

Os políticos estaduais na década de 60 tinham no rádio um dos principais instrumentos de propaganda política, inclusive para atacar seus adversários. Para isso, tinham que contar com o apoio do proprietário da rádio, o que nem sempre era possível, pois alguns deles tinham amigos tanto nos partidos situacionistas quanto nos da oposição. Desta forma, alguns políticos se tornavam proprietários das rádios. Foi o caso da Rádio Liberal (Difusora), de propriedade do general Moura Carvalho, do PSD, que em 1960 era vice-governador do Estado e que logo depois foi eleito prefeito de Belém; e da Rádio Guajará, cujo dono era Lopo de Castro, ex-prefeito de Belém e membro da Coligação Democrática Paraense que fazia oposição ao PSD.

As rádios vão se tornar palcos da disputa pelo controle do poder no Estado. O mais sério dos episódios envolvendo a Rádio Guajará aconteceu no início dos anos 60. A Guajará foi vítima de um atentado ocorrido no dia 15 de novembro de 1962 e que quase parou suas atividades. O alvo foram os transmissores localizados no Bairro do Guamá. Indivíduos mascarados invadiram o prédio onde ficavam os transmissores, agrediram o motorista e o vigia

da rádio e destruíram todos os equipamentos a golpe de machadinha e tiros de metralhadora. A Guajará ficou fora do ar durante vários dias. Depois, passou a funcionar com um transmissor de reserva até que o outro fosse consertado. No entanto, o som da Rádio, que era um dos melhores da cidade, nunca mais foi o mesmo.

A violência não se limitou à Rádio, chegando até à residência do diretor da Rádio Guajará, Linomar Bahia. Os muros de sua casa apresentavam furos de balas e a esposa de Linomar foi ameaçada de morte por telefone². O PSD, considerado adversário político da rádio, negou a participação no atentado.

As Rádios e o Regime Militar

Na década de 60, as maiores interferências políticas na programação das rádios se deram durante o período da ditadura militar. As rádios veiculavam livremente notícias sobre cassação de mandatos, de pessoas e prisões, mas qualquer notícia que fosse considerada desfavorável aos militares, não era permitida. Havia na imprensa paraense um silêncio sobre isso. Os noticiários quase não veiculavam notícias sobre a Guerrilha do Araguaia, uma das mais expressivas reações armadas contra o regime militar, que foi organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), no sul do Pará.

Com todas as rádios do país e os demais meios de comunicação sob censura, as rádios paraenses vão manter-se informadas sobre a guerrilha, que se passava no Estado, através da Rádio Tirana, da Albânia³. Mas noticiar sobre a guerrilha, poucos se atreviam. Os poucos repórteres do rádio que resistiram às ordens militares foram presos. Entre eles, Joaquim Antunes e Paulo Ronaldo. Joaquim Antunes por ter denunciado durante o seu programa, *Banco de Praça*, na Rádio Difusora, que havia sido dado aumento salarial para os militares e não para os civis. Paulo Ronaldo, repórter policial de *A Patrulha da Cidade*, da Rádio Marajora, ficou preso durante seis meses por ter denunciado os crimes praticados pelo esquadrão da morte.

Para algumas rádios paraenses era mais lucrativo ter os militares como aliados, para isso, procuravam mostrar que eram adeptas do regime. A Rádio Marajoara, por exemplo, tinha como

² Jornal A Província do Pará, 28/11/62, p.3.

³ A operação para prender os guerrilheiros no sul do Pará foi uma das maiores já realizadas pelas Forças Armadas desde a Segunda Guerra mundial. O combate que terminou em 1972 envolveu cerca de 20 mil soldados. A violência do Exército não se limitou aos guerrilheiros, atingindo toda a população do sul do Pará (Retrato do Brasil: 1984; 502 – 503).

*slogan: Sempre na Vanguarda da luta em prol da Democracia*⁴. Outras vezes, elas procuravam usar os militares contra os inimigos. A Rádio Guajará, que antes da implantação da ditadura militar no país, dava um certo espaço na programação para divulgação dos ideais sindicalistas, vai ser acusada de comunista pelos adversários que vão cobrar dos militares uma investigação profunda sobre as atividades da rádio e de seu proprietário Lopo de Castro.

Nos anos seguintes, muitos políticos, como o já citado Senador Jäder Barbalho, tornaram-se proprietários de rádios, jornais e emissoras de TV em Belém. A programação das rádios refletiu e tem refletido esta influência, que muitas vezes se traduz em silêncio sobre as atividades desenvolvidas pelos adversários políticos ou no ataque direto e indireto a eles. Mas o fato que mais chamou atenção nos últimos 20 anos foi o ingresso dos radialistas na política local. É disso que trataremos a seguir.

Os homens de rádio entram para a política

Passada a ditadura militar, os locutores puderam então expor abertamente suas idéias pessoais e suas críticas durante os programas, acumulando o prestígio que já haviam adquirido entre os ouvintes e dentro de seus próprios partidos políticos. A distância entre o rádio e a política foi percorrida com mais facilidade pelos locutores nos idos de 1980. À época, pelo menos seis locutores conseguiram uma vaga na Assembléia Legislativa do Estado e dez, na Câmara Municipal de Belém. Na década de 90, ingressaram o evangélico Tennyson Raposo, Vic Pires Franco e Ronaldo Porto, ambos com atuação em emissoras de televisão, totalizando quatro homens de rádio com mandatos eletivos. Neste período as igrejas evangélicas se espalharam por toda cidade, aumentando o potencial de votos.

A popularidade de radialistas em programas conhecidos do público como “Alô Belém, Meu Bem” (Rádio Rauland FM / Kzan Lourenço) e “Costa Filho Show” (Rádio Liberal FM / Costa Filho) muito influenciou na eleição desses profissionais. É importante destacar o estilo adotado nesses programas: o radialista como intermediário entre o povo e o Estado. Isso pode ser percebido nos vários pedidos dos ouvintes, como a solicitação de um leito de hospital, o asfaltamento de ruas em bairros de periferia, limpeza de fossas e esgotos, cobrança de soluções

⁴ Aderilson José José Ribeiro Parente, *A Imprensa e o Golpe de 64 no Pará*, 1996, p.37.

para crimes e investigações. Tudo isso solicitado pelo comunicador em seu programa. Dessa forma, o radialista se aproxima cada vez mais do público e se firma como intermediário.

Na década de 80, assim como hoje, essa forma de programa se tornou o meio mais viável para a população ver seus problemas questionados e algumas vezes resolvidos. Os programas e os locutores de AM eram bastante populares, quando a televisão e as rádios FM ainda não estavam difundidas na cidade, e ainda quando a própria estrutura das emissoras e dos programas permitia um contato mais próximo com o público ouvinte, também espectador nos auditórios. Os estúdios dos locutores, sempre no térreo dos prédios e com um pequeno auditório, eram abertos ao público, que podia ficar apreciando ou assediando os radialistas durante a apresentação, sem precisar se identificar ou estar com roupa apropriada. Atualmente, os estúdios estão pelo menos no segundo andar dos prédios, uma primeira barreira para os deficientes, que tinham o hábito de pedir ajuda para os locutores.

A escolha dos nomes dos radialistas/candidatos feita por governadores, prefeitos e deputados estava longe da casualidade, eles queriam do seu lado os homens mais populares da cidade, para que também lucrassem politicamente. Para os homens de rádio, o convite chegava inesperadamente, até porque, quase nenhum tinha militância em partidos políticos ou chegou a se envolver em movimento estudantil. Alguns aproveitaram a deixa e, oportunamente, se colocaram à disposição de serem escolhidos, porque a carreira parecia promissora. Era a oportunidade de estender sua popularidade, seus recursos financeiros, o assistencialismo que já faziam na rádio ou simplesmente satisfazer o amigo que tomou a iniciativa de fazer o convite.

Se na década de 80 ingressar na política era moda entre os locutores, hoje é um trunfo. Não há mais casualidade no encontro dos radialistas com a política. Por isso, já na década de 90 houve uma sensível diminuição da participação dos profissionais das rádios de Belém na política. O destaque foi para o radialista e empresário Carlos Santos, que assumiu o cargo de Governador do Estado por menos um ano, em 94. Carlos Santos era vice-governador de Jader Barbalho, que renunciou para concorrer a uma cadeira no Senado Federal. O único político que conciliava seu mandato com as atividades radiofônicas era o vereador Eloi Santos, que não conseguiu se reeleger nas últimas eleições municipais. Devido à popularidade que conquistou com o seu programa diário na Rádio Liberal AM, Eloi Santos foi eleito por vários mandatos pelo Partido Liberal.

Durante os anos em que ocuparam cargos no Legislativo, a tendência dos radialistas para se

filiar a partidos de direita é notória, no que se refere à Câmara Municipal (CMB) e Assembléia Legislativa (AL). Quatro partidos de direita tiveram locutores na sua legenda para deputado: Arena, PDS, PFL e PSDB, que aparecem oito vezes, no total. Para vereador, foram três partidos: Arena, PDS e PFL, com 16 inserções. Os partidos de esquerda foram dois na AL: MDB e PMDB, com cinco inserções. Na CMB: o MDB e PMDB aparecem oito vezes. Partidos de centro também estão na lista, como o Partido Social Progressista (PSP), o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Popular Republicano (PPR), que aparecem uma vez.

Conclusão

Com a abertura política nos anos 80, a população estava ansiosa por expressar-se politicamente. Os radialistas eram considerados os representantes de parcela significativa dessa população, eram a companhia fiel, mereciam confiança, mesmo que estivessem em partidos de direita, o caso da maioria. A partir de 1990, no entanto, o número de radialistas eleitos caiu verticalmente, assim como já vinha acontecendo com a audiência das AM's. A TV e o som estéreo das FM's tornaram-se cada vez mais atraentes, inclusive, com programas muito semelhantes aos da AM na frequência modulada. Além disso, os radialistas que já haviam sido eleitos tiveram fraco desempenho político, representando mais um fator de descrédito.

Ao longo dos anos, também foi se criando uma barreira física entre o radialista e os ouvintes/eleitores. Os estúdios que ficavam no andar térreo, antes acessíveis a qualquer pessoa, passaram a ser comprimidos em pequenas salas, onde não se entra sem uma identificação. Depois de instaurada a lei 9.504, o locutor teve que se afastar do microfone antes das eleições. Os radialistas sentiram então a necessidade de sair às ruas em campanha, usar outdoor, auto-falantes e os mais diversos recursos possíveis para concorrer. Depois de eleitos, no entanto, e preocupados principalmente com a promoção pessoal, com os benefícios particulares e cientes de sua força pública, os locutores não estenderam suas ações para além dos limites assistencialistas, serviço que já faziam enquanto radialistas. Confiavam no rádio para se manterem populares. Continuaram no rádio, mesmo depois de eleitos, mas não construíram uma base política sólida ou conquistaram credibilidade capaz de suportar as mudanças que se seguiram. Mudou o contexto social, mudaram as preferências do público ouvinte, e os radialistas foram sendo excluídos pelo eleitor das cadeiras políticas.

O objetivo deste texto foi apresentar os principais elementos da estreita relação entre o rádio e a política em Belém. Entre eles, destacam-se as circunstâncias nas quais os profissionais do rádio ingressaram na carreira política, as influências políticas na programação, a censura militar e o poder dos proprietários. Além disso, buscou-se apresentar uma parte dos resultados e conclusões da pesquisa “*Os Setenta Anos do Rádio em Belém*” (Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Pará), cujo objetivo principal é analisar a inserção do veículo no período 1928-1988, nos contextos cultural, político, social e econômico da capital paraense.

BIBLIOGRAFIA

- Alves**, Alice Margarida Negreiros. O Golpe Militar de 1964 no Pará: recuperando a História. Belém. Trabalho de TCC apresentado em 1988 ao Departamento de Sociologia da UFPa.
- Costa**, Luciana Miranda; **Morhy E.**; **Sarmiento**, L; **Gomes**, A; **Cavalcanti**, A., **Santos**, L, **Vidigal E.** & **Amaral**, T. Os 70 Anos do Rádio em Belém. Relatório de pesquisa do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Pará. Belém: UFPa, Abril de 2000. Mimeo
- Cruz**, Ernesto – História do Poder Legislativo do Pará – 1935 a 1967. Volume 2, Tombo 23/17-3-78. Belém: Biblioteca da Assembléia Legislativa do PA.
- Hage**, Dionísio João – Estudos Paraenses. Belém: Editora Cejup, 1993.
- Ortriwano**, Gisela Swetlana. Radiojornalismo no Brasil. Dez estudos regionais. Rádio AM: o grande cabo eleitoral. Regina Alves. COM-ARTE, 1987.
- Parente**, Aderilson José Ribeiro. A Imprensa e o golpe de 64 no Pará. Belém: Trabalho de TCC apresentado em 1996 ao departamento de História da UFPa.
- Rocque**, Carlos – Depoimentos para a História Política do Pará. Belém: Editora Mitograph/ Arquivo Público do PA.